



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EDITAL Nº 01/2014

Submissão de Trabalho na forma de pôster, intitulado:

Educação do Campo e Agroecologia: Os Intercâmbios Agroecológicos em Foco

Autores:

ZANELLI, Fabrício Vassalli – Mestrando PPGE/UFV fabricao.zanelli@ufv.br
SILVA, Lourdes Helena da – Professora PPGE/UFV lhsilva@ufv.br
CARDOSO, Irene Maria – Professora DPS/ UFV irene@ufv.br

Apoio: FAPEMIG, CNPq/MDA; CAPES/INEP

**Viçosa,
Maio de 2014**

Educação do Campo e Agroecologia: Os Intercâmbios Agroecológicos em Foco

EIXO TEMÁTICO nº 6 - Pesquisa, Educação, Movimentos Sociais e Novos Protagonistas;

Resumo

No texto a seguir, buscamos refletir sobre a realização dos Intercâmbios Agroecológicos na Zona da Mata de Minas Gerais. Esta experiência de educação do campo está em curso há mais de seis anos, e tem apontado avanços significativos no desenvolvimento de processos educativos com os agricultores. Realizaremos uma breve caracterização da região da Zona da Mata de Minas Gerais, destacando como a experiência foi adaptada ao contexto regional; apresentando os principais procedimentos da prática educativa dos Intercâmbios Agroecológicos e relacionando o desenvolvimento da experiência aos princípios da Educação do Campo e da Agroecologia. A experiência praticada na Zona da Mata de Minas Gerais nos revela que, além de um intenso processo de fortalecimento e ampliação da agroecologia (que atualmente é uma bandeira de luta dos movimentos sociais), os Intercâmbios Agroecológicos tem desencadeado vigorosos processos formativos, que envolvem agricultores e suas organizações sociais, Universidade e instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Palavras-chave: Educação do Campo, Intercâmbios Agroecológicos, Agroecologia.

I – Introdução

Uma mudança de paradigmas na produção científica vem sendo anunciada há algumas décadas, em consequência de uma incapacidade da ciência da modernidade em responder às questões que ela intencionava responder. A ciência da modernidade – que se edificou sob os parâmetros da objetividade, da quantificação, da fragmentação dos objetos de pesquisa, da formulação de leis e da criação da metáfora do mundo como uma máquina – se afirmou como sendo a única capaz de encontrar explicações científicas, testáveis, capazes de replicação, e, portanto, “verídicas”, ignorando os outros modos de produção do conhecimento (SANTOS, 1988).

Exemplo desta concepção, foi o modo como a ciência moderna produziu transformações do espaço rural, em especial com uma proposta homogênea e unilinear de desenvolvimento do campo – a Revolução Verde, que instalou em todo planeta modelos ditos ideais de cultivos e de modos de trabalhar a agricultura e a pecuária. Este modelo impactou não apenas a biodiversidade planetária, mas principalmente as populações que viviam no campo e que possuíam modos de vida e de trabalhar a natureza completamente diferentes (SEVILLA-GÚZMAN, 2005).

Estes povos, que tiveram denominações variadas pelas ciências humanas no Brasil¹, possuíam a prática do policultivo, o uso comum de terras, vínculos comunitários e de parentesco,

1

Foram denominados: sitiantes, meeiros, caipiras, tabaréus, camponeses, parceiros, lavradores, roçeiros, agricultores familiares e recentemente, agricultura familiar camponesa (MARTINS, 1990 e MEDEIROS, 2001, PETERSEN, 2009). Não há consenso sobre a melhor denominação para este grupo social no caso brasileiro, e neste trabalho, utilizaremos o termo “agricultores”.

além de uma relativa autonomia em relação ao mercado. Todavia, com a evolução histórica da concentração de terras e o desenvolvimento do modelo da Revolução Verde, estes povos foram progressivamente expulsos de suas terras, seja pelo uso da força física, pelo aparato jurídico, seja ainda pelo endividamento causado pelo próprio pacote tecnológico da Revolução Verde.

A parcela da população que permaneceu no campo foi submetida a um processo de dominação e convencimento do uso de novas tecnologias, através da extensão clássica, que pretendia “estender” o conhecimento da “sede do saber” até à “sede da ausência do saber” (FREIRE, 1983). Estes agricultores passaram a ser alvo de convencimento desta nova forma de praticar agricultura, por parte dos cientistas e técnicos que acreditavam-se munidos da solução para o problema da fome mundial. Deste ideário de modernização da agricultura, instalaram-se práticas extensionistas que apresentavam-se enquanto práticas de dominação e de desvalorização dos saberes populares. Estas práticas em muito se aproximam do que Freire (1983) denomina Educação Bancária, na qual o educando é visto como um ser desprovido de conhecimento, e o professor é responsável por depositar o conhecimento em sua mente. Educação e extensão cumpriam a salvadora tarefa de levar conhecimento aonde não existia.

Todavia este não foi um processo sem resistências, e desde o início esta visão unilinear de desenvolvimento agricultura vem sendo questionada. Na especificidade brasileira, desde o processo de luta pelo fim da Ditadura Militar, eclodiram uma série de movimentos no campo que demandavam modelos diferenciados de agricultura, de desenvolvimento e de educação.

Neste contexto é que ganham importância na sociedade brasileira, dois movimentos que orientam as questões deste projeto de pesquisa: Agroecologia e Educação do Campo. Afinal, ao passo que reagiram à Revolução Verde, os movimentos sociais do campo também reagiram ao modelo de educação rural, e se aliaram na construção de uma educação diferenciada do campo, aproveitando-se da vigorosa trajetória e tradição da educação popular no Brasil (PALUDO, 2006).

Ao dar centralidade às conquistas dos povos do campo brasileiro; ao reconhecer esses sujeitos como portadores de conhecimento e agentes da transformação da realidade, e ao buscar bases epistemológicas para a realização de pesquisas “com” e não “para” os agricultores, os movimentos da Educação do Campo e da Agroecologia indicam existência de pontos de convergência que precisam ser melhor explorados no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Por isso, procuramos identificar o desenvolvimento desta convergência na Zona da Mata de Minas Gerais. As pesquisas realizadas na região identificam sujeitos sociais que se encontravam na condição de posseiros, meeiros ou trabalhadores de fazendas em situação de intensa exploração, dependência financeira e moral com os proprietários de terra na região. Sobre essa materialidade limitante, instalavam-se relações sociais de parceria, compadrio, parentesco que permitiam a estes agricultores sobreviverem em tais situações adversas e que dão origem aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região, na década de 1970 (COMMENFORD, 2009).

As conquistas dos agricultores e suas organizações sociais foram se ampliando, e atualmente existe uma série de organizações ligadas ao crédito, à comercialização, à produção, e

também à Educação do Campo, onde se destacam a presença das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) na região, apesar de existirem outras iniciativas como aponta Ferrari (2011).

Recentemente, o projeto de pesquisa (*Agro) Ecologia de Saberes* (MDA/CNPq)², assim como o Programa de Estudos Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas(OBEDUC/CAPES/INEP)³, contribuíram para uma compreensão sobre as estratégias e práticas educativas na região, inseridas no contexto da Educação do Campo.

Compreender a diversidade destas experiências significou destacar que na trajetória de construção da Agroecologia na Zona da Mata – marcada pela interação entre agricultores, técnicos, professores e estudantes universitários – o trabalho com metodologias participativas e dinâmicas de grupos tornou-se uma prática comum. Entretanto, a partir de 2008, conjugada com essas metodologias participativas, juntamente com o CTA-ZM e a UFV, alguns STR's da região começaram a trabalhar com os Intercâmbios Agroecológicos, sob inspiração do método Campesino a Campesino (CAC).

Os Intercâmbios, como são normalmente chamados, acontecem uma vez por mês em quatro municípios (Araponga, Caparaó, Divino, Espera Feliz) nas comunidades rurais e, além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, participam membros de outras organizações, como Associações de Agricultores Familiares, Cooperativas de Crédito Solidário, Associações de Escolas Famílias Agrícolas, Grupos de Jovens Rurais, Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas de Produção, Associações de Terapeutas Naturais e representantes de Pastorais de Igreja e de Comunidade Quilombola, entre outros.

Á partir do acompanhamento sistemático que realizamos durante os anos de 2012 e 2013, temos como hipótese que os Intercâmbios tem se constituído como uma proposta de superação da relação hierárquica entre o saber popular e os saberes científicos. Representa mais um exemplo de que a educação não está refém da sala de aula e que as experiências concretas, vividas pelos sujeitos sociais, são elementos fundamentais na construção de espaços educativos.

Assim, se é possível afirmar que os Intercâmbios Agroecológicos constituem uma experiência inovadora de articulação da Agroecologia e da Educação do Campo na região da Zona da Mata de Minas Gerais, surgem daí algumas questões que merecem ser melhor aprofundadas: Como tem sido a apropriação do método CAC pelos Intercâmbios Agroecológicos? A utilização do método CAC no processo de formação de agricultores agroecológicos na região tem contribuído ou possibilitado processos de territorialização dos saberes na região? É possível identificarmos convergências entre os princípios orientadores da metodologia com os princípios da Educação do Campo? Em caso afirmativo, quais as relações existentes?

2

Projeto (*Agro)Ecologia de Saberes na Zona da Mata Mineira*. Edital nº 58/2010 (CNPq/MDA/SAF).

3

Programa de Estudos desenvolvido em rede pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFV/UFSJ/UEMG no âmbito do Programa Observatório da Educação do Campo CAPES/INEP, Edital nº 38/2010

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar os Intercâmbios Agroecológicos, em sua perspectiva metodológica, assim como suas contribuições ao processo de territorialização de saberes agroecológicos na Zona da Mata de Minas Gerais. Em termos metodológicos, recorreremos à abordagem qualitativa de pesquisa, na medida em que ela nos possibilita analisar a realidade social abandonando uma concepção mecânica e linear dos acontecimentos, e adotando concepções em que a realidade é encarada como algo dinâmico, complexo e imprevisível (GHEDIN e FRANCO, 2008). Em nossa investigação buscamos utilizar, de maneira articulada, procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados, recorrendo aos procedimentos da pesquisa documental e bibliográfica; conjugando aos procedimentos da observação participante, da entrevista semi estruturada e do grupo focal junto aos agricultores participantes dos Intercâmbios agroecológicos na região.

Assim, a Pesquisa Bibliográfica e Documental orienta todo o desenvolvimento da investigação, de maneira a nos auxiliar a compreensão da relação entre os conceitos e as particularidades dos fenômenos do estudo. Neste processo, utilizamos os procedimentos da técnica de Triangulação de Dados (TRIVIÑOS, 1987). Na fase sistemática de coleta de dados, utilizaremos, de maneira combinada, os procedimentos técnicos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2008), da Observação Participante (ALVEZ-MAZZOTI e GEWANDSZNAJDER, 2002), do Grupo Focal (GATTI, 2005) e das Entrevistas Semi-Estruturadas (TRIVIÑOS, 1987). Na análise de dados, recorreremos ao Método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2007).

No presente trabalho apresentamos o debate atual sobre Agroecologia e Educação do Campo e, utilizando os dados preliminares da pesquisa em realização, caracterizamos os Intercâmbios Agroecológicos em sua dinâmica educativa e em sua prática de construção coletiva do conhecimento que, por sua vez, tem afirmado os princípios do movimento da Educação do Campo em nossa sociedade.

II - Agroecologia, Educação do Campo & Intercâmbios Agroecológicos

Apesar de muitos esforços empreendidos na busca por desvendar a trajetória e a evolução do conceito de Agroecologia, esta tarefa não se encontra encerrada. O que se tem consenso entre os pesquisadores é que a expansão do termo agroecologia se deu na década de 1970, em contraposição ao modelo da Revolução Verde. Foi nesta década e na década posterior que a agroecologia surge enquanto conceito, apropriando-se do quadro conceitual de diversas disciplinas e tendo como foco o estudo dos Agroecossistemas (WEZEL et. al. 2009).

Os estudos de Altieri (1989) são fundamentais para o reconhecimento da agroecologia no campo científico, pois neles são apresentadas as bases científicas da agroecologia, tendo como foco a análise dos Agroecossistemas. Somente após a virada do século é que o conceito passa por uma mudança na escala de análise, compreendendo a rede global de produção de alimentos, distribuição e consumo. Esta mudança abriu caminho para a compreensão da Agroecologia enquanto ciência e enquanto um conjunto de práticas (como a conservação dos recursos naturais,

manejo da fertilidade do solo adaptado e conservação da agrobiodiversidade) utilizadas por diferentes movimentos agroecológicos, com destaque aos da América Latina (Wezel et al, 2009).

Ao destacarem que além de práticas alternativas, a agroecologia possui bases científicas e base nos movimentos sociais, Wezel et al (2009) utilizam como exemplo a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), encampada pelos Movimentos Sociais; e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), coordenada pelas Universidades e Institutos de Pesquisa. Diante disso, os autores reafirmam a necessidade de compreender a agroecologia a partir da tríade entre Movimento, Ciência e Prática, visto que, muitas vezes:

Muitas vezes há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para atingir as metas, e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência). Um ponto-chave aqui para os cientistas é avaliar como essas conexões apertadas podem influenciar a ciência da agroecologia, onde haverá aplicação para atender a uma visão política usando um conjunto de práticas tecnológicas. (WEZEL et. al, 2009. p. 9-10)

Os estudos de Wezel et. al (2009) apontam, portanto, para uma afirmação da Agroecologia enquanto um paradigma necessário para o enfrentamento da atual degradação ambiental e sociocultural. Entretanto, estes estudiosos não são os únicos a fazer esta afirmação. Assistimos no Brasil a pressão dos Movimentos Sociais, ONG's e Instituições públicas pela promoção da agroecologia em escala nacional, que culminou, recentemente tanto com a publicação do Decreto 7.794/2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia, quanto no lançamento em 2013 do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Uma das regiões importantes da construção da Agroecologia no Brasil é a Zona da Mata Mineira, na qual a história da agroecologia remonta as décadas de 1970 e 1980, numa articulação estabelecida desde o início entre agricultores familiares e suas organizações sociais; a Organização Não Governamental CTA-ZM e a UFV - especialmente pelos Departamentos de Solos e de Educação. Analisando o Movimento da Agroecologia na Zona da Mata Mineira, Cardoso e Ferrari (2006), constata uma perspectiva na qual “a pesquisa da realidade, a capacitação dos envolvidos e a produção do conhecimento são dimensões interligadas e inseparáveis da prática de extensão universitária” (CARDOSO e FERRARI, 2006. p. 28). Este movimento vem aprendendo coletivamente a implementar um processo educativo, orientado pelo resgate e pela valorização dos saberes populares, numa dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados: os saberes agroecológicos. (CARDOSO e MANCIO, 2010).

Também em análise sobre o Movimento da Agroecologia na Zona da Mata Mineira, identificamos a busca por novos enfoques metodológicos que permitam o diálogo com os povos do campo (MIRANDA et al, 2012). Estes esforços se alinham aos ensinamentos de Freire (1983), em que não basta apenas o domínio do conhecimento, mas é necessário estabelecer formas para que o conhecimento se torne inteligível, com a criação de ambientes propícios à dialogicidade. Neste contexto, a Metodologia “Campesino a Campesino”, praticada na América Central, tem sido

uma das referências metodológicas do movimento agroecológico na região, e tem possibilitando articular ações de formação em agroecologia com os princípios da educação do campo.

Quanto à Educação do Campo, ela propõe uma concepção ampliada em que o campo não é apenas um para a produção de alimentos e commodities; mas um espaço de trabalho, de relações comunitárias, de manifestações culturais, enfim, um espaço de vida. Os diversos movimentos e organizações do campo, com destaque ao MST, assistiram à produção em suas bases uma reflexão crítica acerca do papel da educação. Desse processo surgiu a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, que ao longo dos últimos 15 anos se consolidou no Movimento da Educação do Campo (CALDART, 2008), com conquistas, avanços e desafios.

O Movimento da educação do campo surge das contradições históricas que marcam a realidade do campo brasileiro: o avanço do agronegócio; as lutas dos movimentos sociais e sindicais; a incidência e as consequências das políticas públicas; a participação ou não das organizações na elaboração dessas políticas e, sobretudo, o questionamento das contribuições da escola para os movimentos sociais do campo. Portanto:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012. p. 259)

Assim, o movimento da Educação do Campo surgiu do protagonismo e da pressão dos movimentos sociais e sindicais na denúncia e resistência aos projetos de eliminação do campesinato brasileiro. Caldart (2009) destaca a importância do MST nos primeiros debates sobre Educação do Campo, assim como Munarim (2008) ressalta a entrada dos movimentos Sindicais, que através do “Grito da Terra” e da “Marcha das Margaridas”, reforçam as demandas populares para a implementação das Diretrizes operacionais da educação nas escolas do campo.

Portanto, a educação do campo nasce da luta pelas escolas do campo, mas também reconhecendo que a educação não é refém da escola. Por reconhecer que o espaço social de vida, de trabalho, de luta dos camponeses é profundamente educativo, o Movimento da Educação do Campo se aproxima das perspectivas apontada por Freire (1983), Canário (2005), entre outros. É neste contexto, de uma educação que extrapola o espaço escolar e que revela uma dinâmica educativa vivenciada pelos camponeses em seus territórios que, em nossa pesquisa, analisamos os “Intercâmbios Agroecológicos” em sua perspectiva metodológica, com destaque para utilização do método Campesino a Campesino - CAC.

III - Os Intercâmbios Agroecológicos na Zona de Mata de Minas Gerais

Praticada em países como Nicarágua, Honduras, Guatemala, México e Cuba, a

metodologia CAC representa um “sistema de métodos, procedimentos e técnicas que facilitam o desencadeamento de processo de intercâmbio e de aprendizagem entre os camponeses(as) e suas famílias, assim como entre dirigentes, técnicos, pesquisadores e outros atores relacionados” (MACHÍN SOSA et al, 2012. p. 65-66). Os autores afirmam que a metodologia permite alcançar maiores índices de sustentabilidade, partindo do princípio que as experiências agroecológicas são fruto do princípio educativo do trabalho dos camponeses. A metodologia consiste em:

Descobrir, reconhecer, aproveitar e socializar o rico acervo de conhecimentos das famílias e comunidades agrícolas, ligado à suas condições históricas concretas e a sua própria identidade. Isto é, este método demonstra uma preocupação maior com as dimensões social, econômica, ecológica e cultural do trabalho do camponês (MACHÍN SOSA et al, 2012. p. 66-67).

A influência e a projeção da Metodologia Campesino a Campesino têm, nos últimos anos, favorecido sua expansão para algumas regiões Brasileiras, entre elas, a Zona da Mata Mineira. Sob orientação desta metodologia, alguns Sindicatos de Trabalhadores rurais da região que já trabalhavam em parceria com o CTA-ZM, adaptaram a estratégia ao contexto regional e a denominaram “Intercâmbios Agroecológicos”.

Os Intercâmbios Agroecológicos articulam diversos procedimentos técnicos para a análise do agroecossistema de forma integral, utilizando dos Diagnósticos Rápidos Participativos, da “Caminhada Transversal”, e do “Círculo de Cultura” como proposto por Paulo Freire. O objetivo é a problematização das questões vividas pelos agricultores, e a busca coletiva pela superação do problema. Portanto, o procedimento básico da realização dos Intercâmbios é o seguinte:

Antecedendo sua realização, ocorre o processo de mobilização da comunidade, realizado pelo STR local. Os representantes do STR, ao assumirem a proposta, cumprem um papel fundamental de conversar com cada família agricultora e convidá-las para o evento, além de conversar com a família anfitriã e explicar o funcionamento da atividade.

Quando a comunidade recebe o Intercâmbio pela primeira vez, normalmente é trabalhada uma temática geral, envolvendo Natureza, Agricultura Familiar, Diversidade e/ou Agrotóxicos. A intenção dos parceiros envolvidos na realização dos Intercâmbios é aproximar da realidade daquela comunidade, de maneira a criar uma ambiência propícia à realização dos próximos Intercâmbios. A partir do primeiro Intercâmbio, os temas dos próximos são definidos coletivamente, de acordo com as necessidades do grupo e da capacidade de “resposta” da equipe de técnicos e pesquisadores envolvida. Em geral, os temas trabalhos são: Sistemas Agroflorestais, Manejo e Conservação do Solo, Gênese do Solo, Plantas Indicadoras, Adubos Verdes, Criação e Nutrição Animal, Ecologia de Insetos e Microorganismos, Compostagem, Biofertilizantes e Caldas Naturais, Homeopatia, Resgate de Sementes e Variedades Crioulas, Proteção de Nascentes e Mananciais, Turismo Rural, Comercialização e Beneficiamento, Segurança Alimentar, Políticas Públicas para os Povos do Campo, Agrotóxicos, entre outros.

Mobilizada a comunidade e definido o tema, as atividades têm início com a apresentação de todos os participantes, normalmente em torno de 25 por Intercâmbio. Logo após é o momento

do grupo conhecer a História da Família e da Propriedade. Na maioria das vezes o casal de agricultores relata sua história de vida, revelando dados sobre como se conheceu, como chegaram a terra onde vivem, e como trabalham nela. Este momento possui uma contribuição importante, pois permite vir à tona diversos elementos do passado, tais como trabalho, transportes, festividades, concentração fundiária, entre outras. Além disso, cumpre o papel de descontração, aproximando os participantes e propiciando ambientes de interação agroecológica.

Em seguida todos realizam a Caminhada pela propriedade. A intenção é permitir que o grupo conheça o agroecossistema daquela família: as nascentes; o uso dos diversos extratos da propriedade; os tipos de plantio e manejo realizado; as árvores nativas; os animais domesticados e silvestres; as aves; abelhas e demais insetos; características do solo; plantas espontâneas; doenças, infestações e dificuldades na produção familiar; integração agricultura e criação animal.

Quando o grupo é grande essa atividade é realizada em subgrupos. Cada participante deve trazer, ao final da caminhada, um objeto que lhe despertou interesse ao longo da caminhada pela propriedade: seja uma folha; semente; torrão de solo; galho; lixo; qualquer coisa. Ao retornarem da caminhada, forma-se uma roda de conversas e os participantes apresentam seus objetos, dizendo porquê aquele objeto lhes chamou atenção, dão sugestões, trocam experiências, etc. Normalmente surgem questões que são esclarecidas pela família anfitriã; como, por exemplo, porque mantiveram uma árvore no meio do cafezal, ou como manejam o solo, etc.

Os técnicos presentes incentivam ao máximo o diálogo entre o grupo. O papel do técnico, nesses casos, é muito mais de mediador do debate do que de palestrante, ou seja, quanto menos sua intervenção durante um Intercâmbio, maiores os indícios de participação dos agricultores. É isto o que sugerem os estudos sobre a metodologia CAC, que “embora não os exclua como participantes, sim, exige deles uma mentalidade diferente, atitudes diferentes, pois já não são os donos da verdade, e sim participantes com papéis definidos.” (MACHÍN SOSA et al. 2012. p.69)

Sob essa inspiração, nos Intercâmbios Agroecológicos, todo conhecimento é (re)criado coletivamente, nos terreiros de café, nos quintais das casas, nas sombras dos Sistemas Agroflorestais! Há o aprofundamento sobre a função de cada estrato do agroecossistema, os participantes saem dos Intercâmbios com um conhecimento mais profundo, pois foi socializado, acrescido e reincorporado por todos. Ao final, ocorre a troca de mudas e sementes das propriedades dos agricultores e também de cartilhas referente a questão agroecológica. Além disto, como já destacado, é definido coletivamente a próxima família/propriedade onde ocorrerá o Intercâmbio, bem como o dia e a temática.

IV - Considerações Finais

Apesar de ainda encontrar-se na fase inicial da pesquisa de campo, nossas análises preliminares nos revelam indícios de um processo educativo orientado para novas bases do processo de produção do conhecimento que, entre outros, favorece o diálogo e interação entre conhecimento popular e conhecimento científico.

Neste aspecto, Saviani (2001) nos auxilia na compreensão desta dinâmica educativa,

quando afirma que a pedagogia revolucionária tem na prática social seu ponto de partida e seu ponto de chegada. O acompanhamento dos Intercâmbios revela que o propósito inicial de diagnóstico e de problematização vai se ampliando como fonte de novas reflexões que, paulatinamente, materializam-se em alternativas e estratégias construídas com a participação dos agricultores e dos técnicos presentes. Segundo Saviani (2001), tais procedimentos constituem uma orientação segura seja no processo de descoberta de novos conhecimentos (método de pesquisa), seja no processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (método de ensino).

Acrescente-se, ainda, a fecunda articulação entre Educação do Campo e Agroecologia identificada nas ações dos Intercâmbios Agroecológicos. Neste aspecto, o protagonismo dos agricultores e das organizações; a problematização das condições de vida, trabalho e cultura dos camponeses; o resgate de práticas agrícolas tradicionais; constituem, entre outros, aspectos educativos que buscam fortalecer e consolidar agroecologia no seu propósito de construção de outro projeto de campo brasileiro. Assim, os Intercâmbios enquanto espaços educativos que tem fomentado novas práticas e lógicas de construção e interação de saberes podem ser consideradas experiências “portadoras de futuro” (CANÁRIO, 2005).

IV – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 2002.

ALTIERI M.A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE. 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: 70, 1977.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo.** IN: SANTOS, M.A (org). Por uma educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação. 1ª Ed. Brasília: INCRA/MDA , 2008. pag. 77-86.

_____. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO** . IN: Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

_____. **Educação do Campo.** IN: CALDART, Roseli S (org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANÁRIO, R. **O que é Escola? Um “olhar” Sociológico.** Porto: Porto Editora, 2005

CARDOSO I. M., FERRARI E.A. **Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores.** *Revista Agriculturas*, v.3 nº 4. Dezembro de 2006, p.28-32 (disponível: <http://agriculturas.leisa.info>)

CARDOSO, I. M., MANCIO, A. B. **Conhecimento científico e popular na construção da agroecologia.** In: LANA, RP; et al. (Orgs.). II Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável. Viçosa: Imprensa Universitária, 2010, v.1, p. 259-269

COMMENFORD, John. **“Como uma Família”: Sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000.** IN: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L.S.; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas - O Camponato como sujeito político nas décadas de 1950-1980. Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 307- 324.

FERRARI, Clara Teixeira. **Territórios e Educação do Campo nas Serras do Brigadeiro.**

- Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFV. Viçosa, 2011. 122 p.
- FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Série Pesquisa. V. 6. 2ª Ed. Brasília: DF, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora: 2005.
- GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de Método Para a Construção da Pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MACHÍN SOSA, B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução Agroecológica: O Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. p. 9-102.
- MIRANDA, É. L. ; SILVA, L.H; ZANELI, F. V. ; BHERING, M. S. . **Troca de Saberes: Novos Enfoques Metodológicos na Construção do Conhecimento Agroecológico na Zona da Mata Mineira**. In: I Seminário Internacional de Educação do campo e I Seminário Regional da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns I SIFEDOC, 2012. v. I.
- MEDEIROS, L. S. **Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. En: GIARRACCA, N. (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção**. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais.
- PALUDO, Conceição . **Da raiz/herança da Educação Popular à Pedagogia do Movimento e a Educação no e do Campo: um olhar para a trajetória da educação no MST**. In: 29ª reunião anual da Anped. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos. Caxambu, 15 a 18 de outubro de 2006. Anais... Caxambu, 2006.
- PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 2, 1988.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia: Problemas do nosso tempo**. 34 ed. Autores Associados, 2001.
- SEVILLA-GUZMÁN, E. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. IN: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa. Informação Tecnológica, 2005. p.101-130.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16ª ed. São Paulo,SP: Cortez, 2008.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WEZEL,S.; BELLON,T.; DOR´E, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. Agron.Sustain.Dev, 2009.